



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 6/2015

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM QUATRO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----**

-----Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 18 de fevereiro findo, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

**2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----**

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Deu ainda conhecimento de que no uso das suas competências adjudicou:-----

-----A empreitada para a execução de um muro de suporte de terras na Rua da Saudade em Vale de Açores a Sílvio Miguel Martins Duarte, pelo valor de dois mil oitocentos e cinquenta e um euros e vinte e cinco cêntimos (2.851,25 €), sem IVA incluído;-----

-----A empreitada para a execução de um muro de suporte de terras na povoação da Felgueira à Firma Calendário de Sons, Construção, Lda., pelo valor de novecentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos (982,50€), sem IVA incluído;-----

-----A aquisição de produtos químicos para o ano de 2015 à firma CIMAI pelo valor global de sete mil e sete euros e quarenta cêntimos (7.007,40 €) sem IVA incluído.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria nº.41 referente ao dia 3 do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:**-----

#### **4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes ofícios referência nºs. 91 a 101, datados 2 de março corrente, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão ordinária, realizada no pretérito dia 27 de fevereiro findo, tomou as seguintes deliberações:-----

-----Aprovou por unanimidade a Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.---

-----Aprovou por unanimidade autorizar o Compromisso Plurianual para Adjudicação do Fornecimento Contínuo de Combustíveis Através de Acordo Quadro da Agência Nacional de Compras Públicas.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Elegeu por escrutínio secreto e por maioria, com 24 votos a favor e 4 votos em branco, como efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Cercosa, Filipe António da Cruz Pereira, e como suplente o Presidente da Junta de Freguesia da Marmeleira, José Alberto Rosa Diogo para representar as Freguesias do Concelho no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Aprovou por maioria, com 24 votos a favor, sendo 15 do Grupo do PS, 2 do CDS-PP e 7 do Grupo do PPD/PSD, e 4 abstenções do Grupo do PPD/PSD retirar da Ordem de Trabalhos a Apreciação e votação da Proposta de Alteração ao Regulamento para Atribuição de Medalhas.-----

-----Aprovou por maioria, com 26 votos a favor, sendo 15 do Grupo do PS e 11 do Grupo do PPD/PSD e 2 abstenções do CDS-PP, conceder a Roberto Martins a isenção de pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil oitocentos e oitenta e dois euros e três centimos (1.882,03 €) e de TMU no valor trezentos e setenta e cinco euros e quarenta e quatro centimos (375,44 €), referentes ao processo nº. 01/2014/91 Construção de Nova Habitação, sita na Rua Principal, em Almacinha.-----

-----Aprovou por maioria, com 26 votos a favor, sendo 15 do Grupo do PS e 11 do Grupo do PPD/PSD e 2 abstenções do CDS-PP, conceder a Celine Martins a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil setecentos e oitenta e oito euros e cinquenta e um centimos (1.788,51 €) e de TMU no valor de dois mil e seiscentos e euros e sessenta e dois euros (2.600,62 €), referentes ao processo nº. 01/2014/94 Construção de Nova Habitação, sita na Rua Principal, Almacinha.-----

-----Aprovou por maioria, com 27 votos a favor sendo 14 do Grupo do PS e 11 do Grupo do PPD/PSD e 2 do CDS-PP, e 1 abstenção de membro do Grupo do PS, conceder à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pala a isenção de pagamento da taxa no valor de setenta e seis euros e oitenta centimos (76,80 €), relativa à prorrogação da licença do processo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº.01/2013/210, de alteração e ampliação da Casa Paroquial de Pala.-----

-----Aprovou por unanimidade conceder à Associação Cultural, Recreativa de Macieira e Tarrastal a isenção de pagamento da taxa no valor duzentos e três euros e vinte centimos (203,20 €), referente ao processo nº.1/2014/98 de licenciamento da construção de sanitários, na Rua das Medas, em Macieira.-----

-----Aprovou por maioria, com 27 votos a favor sendo 14 do Grupo do PS, 11 do Grupo do PPD/PSD e 2 do CDS-PP, e 1 abstenção de membro do Grupo PS, conceder à Cortagri – Cortegaça Agrícola, Lda., a isenção de pagamento da taxa no valor de cinco mil setecentos e setenta e oito euros e quarenta e três centimos (5.778,43 €) referente ao licenciamento do Procº. 01/2014/230, de alteração e ampliação de cunicultura, situada em Vale da Gontinha, em Vale de Acores.-----

-----Aprovou não conceder por maioria, com 14 votos contra, sendo 5 de Grupos do PS e 9 votos do Grupo do PPD/PSD e 14 abstenções, sendo 10 do Grupo do PS, 2 do Grupo do PPD/PS e 2 do CDS, à Srª. Anésia da Conceição Dinis Simões, residente na Marmeleira, a isenção de pagamento do preço de Recolha, Depósito e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais referentes ao contador de água nº. 00000000542/874, contrato nº. 1990110160.-----

-----Aprovou por unanimidade conceder ao Agrupamento de Escolas de Mortágua a isenção de pagamento do valor de 506,12€ referente à utilização do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal no 1º. Período do ano letivo de 2013/2014. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----**

-----Foi presente a circular refª. 17/2015-PB, datada de 10/02/2015 da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que através da circ. 112/2014 –ANMP deu conhecimento de toda a documentação sobre a problemática “Acordos Coletivos de Entidade Empregadora



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Pública (ACEEP nas Autarquias Locais – Redução da duração máxima da jornada de trabalho”, bem como do Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República nº.9/2014.-----

-----Desde então tem acompanhado de perto todo o processo e reuniu com o Secretário de Estado da Administração Pública e Secretário de Estado da Administração Local para análise da questão, tendo o Governo proposto um conjunto de fatores a ponderar em termos de propostas de redução do limite máximo do período normal de trabalho, bem como em sede de negociação do ACEEP, documento que remete em anexo, e que no seu entendimento são inaceitáveis.-----

-----Assim, face a tal constatação do Conselho Diretivo do ANMP realizado a 10/02/2015 analisou a proposta do Governo tendo adotado a posição que remete em anexo para conhecimento e que rejeita genericamente a proposta.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.3.-CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO:-----**

-----Foi presente o correio eletrónico datado de 16/02/2015 da Câmara Municipal do Montijo através do qual envia para conhecimento e efeitos tidos por convenientes cópia da Moção sobre “Regime Jurídico de Transferência de Competências para os Municípios nas Áreas Sociais”, aprovada na reunião ordinária daquela Câmara Municipal de 4/02/2015.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.4.-MOVIMENTO 1 DE DEZEMBRO:-----**

-----Foi presente o correio eletrónico datado de 23/01/2015 da Comissão Coordenadora Movimento 1 de Dezembro a remeter o projeto de Lei de Iniciativa Legislativa de Cidadãos “Restauração do feriado nacional 1 de dezembro que celebra o valor da independência nacional de Portugal” e o abaixo-assinado para subscrever o mesmo, nos termos e para efeitos da Lei nº.17/2003, de 4 junho, com as alterações introduzidas pela Lei nº.26/2012, de 24 de julho, e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

solicitando todo o apoio a esta iniciativa.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade subscrever o abaixo-assinado.-----

### **5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:**-----

#### **5.1.-JUVENTUDE:**-----

##### **5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:**-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação, pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura nº. 9/2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

##### **5.1.2.-Projeto Municipal “Da Escola, Agarra a Vida” – Programa “Universidade Júnior”– 2015 – 11º. Edição:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica do Projeto Municipal “Da Escola, Agarra a Vida” através da qual dá conhecimento que a Universidade do Porto vai promover, novamente, o Programa “Universidade Júnior” no próximo mês de julho.-----

-----Para os alunos do 8º. ano de escolaridade o Programa integra várias oficinas de verão onde terão a oportunidade de desenvolver um projeto nas áreas do seu interesse.-----

-----Os alunos do 9º.10º. e 11º. terão a oportunidade de participar no “Verão em Projeto”, que contempla atividades em quase todas as faculdades do Porto.-----

-----O Programa Universidade Júnior tem um custo semanal por aluno de cento e oitenta euros (180,00 €), sendo setenta e cinco euros (75,00 €) de taxa de inscrição nas atividades cento e cinco euros ( 105,00 €) de alojamento e refeições.-----

-----Assim e considerando que o Programa vem ao encontro de alguns dos objetivos do Projeto Municipal “Da Escola, Agarra a Vida”, e que integra o seu plano de ação do ano em



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

curso, colocam à consideração a autorização para a operacionalização da ação (divulgação e inscrição) junto dos alunos, seleccionando 50, e definindo como critério de participação:-----

-----Alunos do 8º. e 9º. Anos:-----

-----1º.-Estar a frequentar o Programa de Orientação Escolar e Profissional do Projeto ou dos Serviços de Psicologia e Orientação .-----

-----2º.- Ordem de Inscrição:-----

-----Alunos do 10º. e 11º. Ano.-----

-----1º.-Não ter frequentado a Universidade Júnior através do apoio da Câmara Municipal, duas ou mais vezes.-----

-----2º.- Ordem de Inscrição.-----

-----Para os alunos que não preencham os critérios de participação colocam à consideração o pagamento dos transportes destes pelo Município, ficando o custo semanal (inscrição, alojamento e refeições) ao encargo dos agregados familiares.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a realização e a operacionalização da ação nos termos propostos bem como as respetivas despesas, devendo os serviços dar início ao processo.-----

### **6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:**-----

#### **6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:**-----

##### **6.1.1.-Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Rancho Folclórico “Os Camponeses do Freixo” – 2º. Passeio TT Rota do Javali:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 1/02/2015, e recebida a 18/02/2015 da Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Rancho Folclórico “Os camponeses do Freixo” informando que, considerando o sucesso da primeira edição, vai realizar a 15/02/2015 o seu 2º. Passeio TT Rota do Javali (motos e quads), e solicitando o apoio financeiro do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Município para fazer face às despesas inerentes à realização daquela ação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade analisar o apoio no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, tendo em conta a análise à totalidade das atividades previstas no Plano de Atividades da Associação.-----

### **6.1.2.-União Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Gosendo – Torneio da Sueca:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 12/02/2015 da União Cultural, Recreativa e Desportiva de Vila Gosendo, informando que se encontra a decorrer o seu já tradicional Torneio de Sueca.-----

-----Assim, e considerando que é uma atividade que se encontra inscrita no seu plano de atividades solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes à mesma.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade analisar o apoio no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, tendo em conta a análise à totalidade das atividades previstas no Plano de Atividades da Associação.-----

### **6.1.3.-Sporting Clube de Vale de Ações – Apoio atividade Futebol ano de 2015:-----**

-----Foi presente a carta, datada de 28/02/2015, do Sporting Clube de Vale de Ações a solicitar que seja alterado por aditamento o Protocolo celebrado para apoio ao desenvolvimento das suas atividades desportivas referentes época de 2014/2015, nomeadamente para fazer face às despesas inerentes à participação das equipas de formação de sub-14, sub- 12 e sub-10, fosse alterado na clausula referente ao valor atribuído considerando que o mesmo previa um financiamento das atividades até ao final do ano transato e a época desportiva prolonga-se até maio de 2015.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que fosse atribuído um subsídio mensal de dois mil oitocentos e sessenta euros (2.860,00 €).-----

-----Foi também presente a carta datada de 28/02/2015 daquela Associação através da qual





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

envia o Relatório e Contas e Plano de Atividades da época 2013/2014, bem como o Plano de Atividades para a época 2014/2015.-----

-----O pedido foi apresentado nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, encontrando-se devidamente instruído e cumprindo os requisitos nele exigidos. -----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de sessenta e dois mil seiscientos e trinta e sete euros e trinta e três cêntimos (62.637,33 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027– *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo de trinta e um mil euros (31.000,00 €), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o subsídio mensal de dois mil oitocentos e sessenta euros (2.860,00 €) de janeiro a maio inclusive, mediante a alteração ao Protocolo anteriormente celebrado nomeadamente à cláusula referente ao valor do subsídio.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara não participou na votação do presente ponto.-----

### **7.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:**-----

#### **7.1.-HABITAÇÃO:**-----

##### **7.1.1.-Bairro de Habitação Social da Gandarada:**-----

##### **7.1.1.1.-Transferência de Fogo:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município a dar conhecimento que a D. Sónia Lemos e respetiva família recusaram o realojamento no fogo de tipologia T3 no Bairro de Habitação Social da Gandarada, que foi aprovado na reunião de Câmara de 22/01/2015, justificando tal decisão pelo facto das obras de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

reconstrução da sua moradia estarem a decorrer a bom ritmo.-----

-----Assim, como o fogo continua vago propõe a transferência para o mesmo da arrendatária Maria de Fátima Pereira Filipe, que nos termos do contrato de arrendamento celebrado em 10/07/2015 encontra-se instalada num fogo de tipologia T2 (lote 6 – 1º.Dtº., fração C), justificando que a tipologia T3 é a mais adequada à composição daquele agregado familiar (monoparental feminino) que é constituído pela mãe duas filhas uma de 18 e outra de 7 anos e um filho de 9 anos.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a transferência do agregado familiar de Maria de Fátima Pereira Filipe para o fogo vago de tipologia T3.-----

-----Mais foi deliberado que os serviços verifiquem as condições em se encontra o fogo que vai ficar vago de tipologia de T2, lote 6 – 1º.Dtº., fração C, para que se possa proceder à abertura de concurso público para atribuição do mesmo.-----

### **7.1.1.2.-Pedido de Rescisão de Contrato de Arrendamento do Fogo T2, Lote 10 r/c Esq.:**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta de Artur Jorge Costa, datada de 09/02/2015, na qualidade de titular o do contrato de arrendamento de um T2, lote 10, Piso 0, Esq. no Bairro de Habitação Social da Gandarada, que lhe foi atribuído na sequência do concurso público efetuado para o efeito, a solicitar a denúncia do referido contrato de arrendamento a partir de 1 de Março.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade denunciar o contrato com efeito a partir de 1 de Março, prescindindo do aviso prévio de 120 dias estabelecido na Lei.-----

-----Os serviços do município deverão verificar as condições em que se encontra o fogo para que se possa proceder à abertura de concurso público para atribuição do mesmo.-----

### **7.1.1.3. Pedido de Rescisão de Contrato de Arrendamento do Fogo T2, Lote 6, 1º. Dtº. C**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta de Heleno da Silva, datada de 11/02/2015, na qualidade de titular o do contrato de arrendamento de um T2, fração C, lote 6, Piso 1, Dtº.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

no Bairro de Habitação Social da Gandarada, que lhe foi atribuído na sequência do concurso público efetuado para o efeito, a solicitar a denúncia do referido contrato de arrendamento a partir de 1 de Março.-----

-----Mais solicita o pagamento em prestações do valor em dívida perante o Município de trezentos e setenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos (375,57 €), referente a rendas em atraso, nas seguintes condições.-----

-----Início do pagamento a 1 de março;-----

-----Pagamento de cada prestação até ao dia 20 de cada mês;-----

-----Sobre o pedido de pagamento em prestações a informação dos serviços administrativos constante no processo refere que o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor, e que foi publicado no Diário da República nº. 214, II Série de 5/11/2014, prevê o pagamento em prestações no seu artigo 18º. nas seguintes condições;-----

-----Compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações;-----

-----Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.;-----

-----No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações;-----

-----O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder até ao 8.º dia.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar;-----

-----1.- Denunciar o contrato com efeito a partir de 1 de Fevereiro, prescindindo do aviso prévio de 120 dias estabelecido na Lei, devendo o serviços do município verificar as condições



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

em que se encontra o fogo.-----

-----2.-Proceder posteriormente à abertura de concurso público para atribuição do fogo.-----

-----3.-Considerando o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e a informação administrativa, aprovar o pagamento em oito prestações, devendo o pagamento de cada uma ser efetuada até ao dia 8 de cada mês, com início a 1 de março.-----

### **7.2.-URBANIZAÇÃO:-----**

#### **7.2.1.-Indemnização pela Demolição de Edifício e Ocupação de Terrenos, Sitos na Av. do Reguengo, nº.225, em Vila Meã, Sobral:-----**

-----Havendo necessidade de dar continuidade à beneficiação/alargamento de alguns locais da Avenida do Reguengo na Freguesia do Sobral deste Concelho, será imprescindível para a prossecução do interesse público, a aquisição ou expropriação de bens imóveis de propriedade privada.-----

-----O presente procedimento foi iniciado através da deliberação tomada em reunião de câmara de 7/01/2015 com que se iniciou a fase preliminar do processo de expropriação. Com efeito, foi solicitada avaliação a perito da lista oficial, tendo sido proposto ao proprietário do imóvel, João Paulo Gomes Morais, residente em Avenida do Reguengo 225, Vila Meã, Mortágua, com base nessa avaliação, a aquisição da área de 31 m2 do prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Sobral sob o artigo 364, o pagamento de uma indemnização pela demolição da casa de habitação e anexos existentes nesse prédio e a integração no domínio público desses 31 m2, pelo valor de cinquenta mil euros (50.000,00 €).-----

-----O proprietário, através de comunicação datada 11 de fevereiro de 2015, recebida a 13-02-2015, aceitou o valor da indemnização proposta.-----

-----Assim, sendo, pelo Senhor Presidente foi proposto adquirir, pela via do direito privado, nos termos do artigo 11º. do Código das Expropriações, a área de 31 m2 do prédio de João Paulo Gomes de Morais, inscrito na matriz urbana da freguesia de Sobral sob o artigo 364, por



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

forma a possibilitar o alargamento da via naquela zona da Avenida do Reguengo e indemnizar o proprietário pelos prejuízos decorrentes da demolição da casa de habitação e anexos ali implantadas, que se revelam indispensáveis a tornar possível a integração daquela área no domínio público, pela quantia de cinquenta mil euros (50.000,00 €).-----

-----Que o título da aquisição – escritura pública- seja outorgado junto do Notário, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias.-----

-----Mais informou que a aquisição se encontra inscrito nas GOP para 2015, no objetivo 05 – Habitação e Urbanização, Programa 003 - Urbanização, Projeto 2014/12 – Pav./Arranjos Urbanísticos em Arruamentos Largos e Praças, Ação 3 - Aquisição de Terrenos, com um saldo de cinquenta e oito mil quatrocentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos (58.462,50 €) e cabimentada na rubrica orçamental 07 03 01 – Aquisição de Terrenos, com um saldo de duzentos e quarenta e um mil duzentos e noventa e oito euros e trinta e um cêntimos (241.298,31 €, existindo fundos disponíveis para a assunção do respetivo compromisso com o número sequencial 11193.-----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta e mandar o Senhor Presidente para, em representação da Câmara, outorgar a respetiva escritura pública.-----

### **8.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:**-----

#### **8.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:**-----

##### **8.1.1.-Apoio à realização do Nelo Winter Challenge Montebelo Aguireira:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício da Visabeira Turismo, sem data, dando conhecimento que se confirma a realização do Nelo Winter Challenge Montebelo Aguireira no dia 28 de fevereiro, prova a decorrer na Barragem da Aguireira, Concelho de Mortágua.-----

-----Esta competição de Inverno, é o momento onde canoístas e treinadores podem avaliar a sua forma e o progresso do treino. Esta prova vai acolher os melhores remadores de todo o mundo, incluindo atletas medalhados olímpicos.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O encontro vai juntar na Barragem da Aguieira cerca de 500 atletas e acompanhantes provenientes de vários países da Europa que durante o fim de semana visitarão Mortágua.-----

-----Assim, considerando a complexa organização e logística do evento e que se reveste de grande importância para a promoção do Concelho dado o seu mediatismo na imprensa desportiva, solicita o apoio financeiro da Câmara.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 02 06020305 – Outras despesas, com um saldo de cento e cinquenta e seis mil trezentos e vinte e dois euros e sessenta e um cêntimos (156.322,61€).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, nos termos da alínea u) do n.º.1 do art.º. 33.º. da Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade comparticipar o evento com o montante de três mil euros (3.000,00 €) considerando que o mesmo é de interesse para o Município dada a sua repercussão no exterior.-----

### **9.-ADMINISTRAÇÃO:**-----

#### **9.1.-EDP – RENDA DE CONCESSÃO 2015:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 2/15/GBRI, de 12/02/2015, da EDP – Distribuição Energia, S.A. informando que nos termos do Decreto – Lei n.º. 230/2008, de 27 de novembro, a renda de concessão de Baixa Tensão a pagar a este Município no ano de 2015 é de trezentos e sessenta e sete mil seiscentos e trinta euros cinquenta e sete cêntimos (367.630,57 €), e a processar trimestralmente noventa e um mil novecentos e sete euros e sessenta e quatro cêntimos(91.907,64 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

#### **9.2.-DERRAMA DOS CENTROS ELETROPRODUTORES:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio eletrónico da Associação Nacional de Municípios Portugueses a remeter várias minutas que, tendo em vista a aplicação de nova



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fórmula de distribuição da derrama associada aos centros electroprodutores (hídricos), conforme o previsto na Lei das Finanças Locais com as alterações recentemente introduzidas pela Lei da Fiscalidade Verde, devem ser enviadas à Autoridade Tributária, Ministra das Finanças, Ministro do Ambiente, Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e Secretário de Estado da Administração Local.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **9.3.-ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS ATRAVÉS DE ACORDO QUADRO DA AGÊNCIA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de adjudicação processo efetuado através da plataforma eletrónica procº. 05/2012 (ESPAP), para adjudicação do fornecimento contínuo de combustíveis no ano de 2015 e 2016, por ajuste direto através de acordo quadro da Agência Nacional de Compras Públicas, considerando que estão reunidas as condições para o efeito uma vez:-----

-----Na Reunião de Câmara de 18/02/2015 foi aprovado o Relatório Final do júri do procedimento que considera a proposta financeiramente mais vantajosa a apresentada pela BP Portugal – Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, SA, com um desconto/litro de combustível de 0,0769 €, quer para gasóleo, quer para gasolina;-----

-----Nos termos do número 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito à redação de contrato escrito, pelo que foi presente para aprovação a respetiva minuta de contrato a minuta do respetivo contrato, conforme determina o nº.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos.-----

-----O presente procedimento não se encontra sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas.---

-----O fornecimento é contínuo para os anos de 2015 e 2016 e ainda os meses de Janeiro e Fevereiro de 2017 tendo, nos termos do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto Lei nº. 127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de junho, a Assembleia Municipal de Mortágua aprovado na sua sessão ordinária realizada em 27/02/2015 a assunção deste compromisso plurianual.-----

-----O custo com o presente fornecimento onerará as Rubricas do Orçamento 02010201 - “Gasolina” e 02010202 - “Gasóleo”, onde o mesmo se encontra previamente cabimentado com o nº. 163/2015 e 162/2015.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere:-----

-----1.- Adjudicar o fornecimento de combustíveis à BP Portugal – Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, SA, pelo valor global de trezentos e cinquenta mil euros ( 350.000,00€) , com a seguinte repartição de encargos nos anos de : -----

-----Ano de 2015 : 10 meses – cento e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e seis euros e setenta cêntimos (141.666,70€);-----

-----Ano de 2016: cento e setenta e oito mil trezentos e trinta e três euros e trinta cêntimos (178.333,30€);-----

-----Ano de 2017: 2 meses – trinta mil euros (30.000,00€);-----

-----2.-Aprovar a minuta do respetivo contrato;-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade adjudicar o fornecimento proposto.-----

### **9.4.-REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS:-----**

-----O Senhor Presidente auscultou os Membros do Executivo sobre a elaboração de uma proposta de alteração do Regulamento para Atribuição de Medalhas Municipais.-----

### **9.5.-RELATÓRIO DE AUDITORIA SEMESTRAL DE 2014 DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Semestral, do auditor externo, sobre a





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

situação económica e financeira do Município referente ao 2º. Semestre de 2014, emitido nos termos da alínea d) do nº.2 do artº. 77º. da Lei nº. 73/2014, de 3 de setembro, para conhecimento do órgão executivo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **10.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

**10.1.-REQº. Nº.926/2014 PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O PRÉDIO INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTIGO Nº. 1917, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO CORTEGAÇA E ALMAÇA ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO DEGRADADA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o procº. 04/214/65, reqº. Nº. 04//2014/926, de Maria Cilene R. Sousa, residente na Rua de S. João, nº.52, Gândara, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança de Maria Alice Rodrigues de Sousa, a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na artigo matricial nº. 1917, da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, encontra-se em situação degradada, destinando-se a mesma a nova avaliação de IMI .-----

-----A Câmara, considerando as informações dos serviços constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

**10.2.-REQº. 95/2015 PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO A EDIFICAÇÃO EXISTENTE NO ARTº.662 DE FREGUESIA DE PALA ENCONTRA-SE EM RUÍNAS:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o procº. 04/2015/7, reqº. Nº. 04//2015/95, de Vital de Matos Ferreira Mateus, residente na Rua EN 334-1, nº.22, Macieira, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como a edificação existente ( Pavilhão destinado a aviário) no artigo matricial nº. 662, da Freguesia de Pala, encontra-se em ruínas, destinando-se a mesma a apresentar na Repartição de Finanças e Conservatória do Registo Predial.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, considerando as informações dos serviços constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

### **10.3.-PROCº. DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----**

#### **10.3.1.- Procº. Nº. 10.2015.6, Requerente Arsénio Martins da Silva:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10. 2015.6 Arsénio Martins da Silva, residente em Rua da Fontes, nº.11, Gafanhotos, 2565-831 Ventosa, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal por herança de Helena Rosa, proprietária do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho com o artigo 20048 no local denominado “Vale da Mata”, sito em Espinho, Freguesia de Espinho com a área de 3,300000 há, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Andreia Sofia Martins Ferreira.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e a informação dos serviços, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

#### **10.3.2.-Procºs. Nºs. 10.2015. 07 a 10.2015.12:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

----- nº.10. 2015.7 em nome de Aida Rosa, residente em Rua da Eira, nº. 1, Barril, Mortágua, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança Joaquim Ferreira Nunes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 20117 no local denominado “Baticova ”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral com a área de 0,459900 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Mário Ferreira Nunes e Maria de Fátima Rosa Nunes Fouto.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- nº.10. 2015.8 em nome de Aida Rosa, residente em Rua da Eira, nº. 1, Barril, Mortágua, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança Joaquim Ferreira Nunes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 4422 no local denominado “Valeiro dos Embudes”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral com a área de 0,490000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Celso Rosa Nunes e Mário Ferreira Nunes.-----

----- nº.10. 2015.9 em nome de Aida Rosa, residente em Rua da Eira, nº. 1, Barril, Mortágua, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança Joaquim Ferreira Nunes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União Freguesias Mortágua com o artigo 11789 no local denominado “Regateira de Baixo”, sito em União Freguesias Mortágua com a área de 0,127000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Mário Ferreira Nunes e Maria de Fátima Rosa Nunes Fouto.-----

-----nº.10. 2015.10 em nome de Aida Rosa, residente em Rua da Eira, nº. 1, Barril, Mortágua, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança Joaquim Ferreira Nunes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral com o artigo 5226 no local denominado “Vale de Cuco”, sito em Freguesia do Sobral com a área de 0,127000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Celso Rosa Nunes e Maria de Fátima Rosa Nunes Fouto.-----

-----nº.10. 2015.111 em nome de Aida Rosa, residente em Rua da Eira, nº. 1, Barril,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança Joaquim Ferreira Nunes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral com o artigo 5226 no local denominado “Cilha Nova”, sito em Freguesia do Sobral com a área de 3,3430000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Celso Rosa Nunes e Mário Ferreira Nunes.-----

-----nº.10. 2015.12 em nome de Aida Rosa, residente em Rua da Eira, nº. 1, Barril, Mortágua, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança Joaquim Ferreira Nunes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral com o artigo 5653 no local denominado “Valongo”, sito em Freguesia do Sobral com a área de 0,430000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Celso Rosa Nunes e Maria de Fátima Rosa Nunes Fouto.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e considerando a informação dos serviços deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

### **10.4.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----**

#### **10.4.1.-Procº. 08/2015/02, na Rua Principal em Vale de Carneiro, Espinho:-----**

-----Foi presente o auto de vistoria do edificio em mau estado de conservação, sita na Rua Principal, em Vale de Carneiro, Freguesa de Espinho, pertencente a Vital Ferreira Marques, residente na Praceta Quinta das Recolhidas, 7- 7º.C, efetuada de acordo com o preceituado na alínea w) do número 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro no qual foram peritos, o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e o Fiscal Municipal Gilberto



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Simões.-----

-----Tendo em conta a determinação do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99, de dezasseis de Dezembro, e posteriores alterações que comete às Câmaras competência para determinar a execução de obras necessárias e corrigir as más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndios.-----

-----Considerando que nos termos do número 3, do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99 conjugado com a alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75 , de 12 de setembro, comete às Câmaras Municipais competência para ordenar, precedendo de vistoria, a demolição de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas.-----

-----Assim sendo, foi deliberado, por unanimidade com base no disposto na alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75 , de 12 de Setembro, do número, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 101º. do Código do Procedimento Administrativo, notificar o proprietário para no prazo de 15 dias se pronunciar sobre o seguinte projeto de decisão:-----

-----“A Câmara, considerando o auto de vistoria exarado no processo e que se dá aqui por integralmente reproduzido deliberou por unanimidade, notificar o proprietário para:-----

-----Num prazo máximo de sessenta (60) dias seguidos, mandar proceder à demolição do edifício e limpeza total de RCD – resíduos de construção e demolição.-----

**10.4.2.- Procº. 08/2015/03, na na Rua Principal, nº.17 em Vale de Carneiro, Espinho:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma informação do Chefe da DPAT dando conhecimento do adiantado estado de degradação, em que se encontra uma edificação sita na Rua Principal, em Vale de Carneiro, Espinho, Mortágua, pertencente a Irene Augusta, residente na Rua Principal, nº. 17, em Vale de Carneiro, Freguesia de Espinho.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, mandar proceder a vistoria que conclua do estado em que a construção se encontra e se constitui perigo para a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

saúde ou para a segurança das pessoas, tendo em vista poder deliberar em conformidade com a alínea w ), do número 1 do artigo 33 °. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Mais foi deliberado por unanimidade que, por forma a permitir ao Executivo Municipal avaliar com rigor, objetividade e transparência o real estado de degradação das edificações, o auto da respetiva vistoria deverá fundamentar e especificar a realização, ou não, de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança das edificações, ou demolição nos termos do disposto no nº. 2 e 3 do artigo 89º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as posteriores alterações.-----

### **10.4.3.-Procº. 08/2015/04, na Rua Principal EN 234, em Moura, Trezoi:-----**

-----Foi presente o auto de vistoria do edifício em mau estado de conservação, sita na Rua Principal da EN 234, Moura, Freguesia de Trezoi pertencente a Herdeiros de Ricardino Flores, residente na Rua Principal da EN 234, Moura, Freguesia de Trezoi, efetuada de acordo com o preceituado na alínea w) do número 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro no qual foram peritos, o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e o Fiscal Municipal Gilberto Simões.-----

----- Tendo em conta a determinação do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99, de dezasseis de Dezembro, e posteriores alterações que comete às Câmaras competência para determinar a execução de obras necessárias e corrigir as más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndios.-----

-----Considerando que nos termos do número 3, do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99 conjugado com a alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de setembro, comete às Câmaras Municipais competência para ordenar, precedendo de vistoria, a demolição de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim sendo, foi deliberado, por unanimidade com base no disposto na alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de Setembro, do número, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 101º. do Código do Procedimento Administrativo, notificar o proprietário para no prazo de 15 dias se pronunciar sobre o seguinte projeto de decisão:-----

-----“A Câmara, considerando o auto de vistoria exarado no processo e que se dá aqui por integralmente reproduzido deliberou por unanimidade, notificar o proprietário para:-----

----- Num prazo máximo de sessenta (60) dias seguidos, mandar proceder à demolição do edifício e limpeza total de RCD – resíduos de construção e demolição”.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----